

## Gestão Pública do Turismo

Reinaldo Dias (\*)

*O turismo constitui um sistema integrado e como tal deve ser abordado para se viabilizar como impulsor do desenvolvimento*

A intervenção pública em qualquer campo da realidade exige um conjunto de informações sobre suas características, suas necessidades, seus aspectos positivos e negativos, seus pontos fortes e fracos, para que se possa decidir com conhecimento de causa onde e como se deve agir. No caso da política pública em turismo e no caso particular do Brasil, esta condição na maioria das vezes não está presente.

Uma das causas prováveis é o entendimento de que o turismo é uma atividade secundária e os problemas que acarreta são de pouca relevância quando comparados com aqueles de outras áreas de políticas públicas como saúde e educação, por exemplo. É uma visão equivocada e antiquada. O turismo atualmente é uma das principais atividades econômicas do planeta, promovendo o maior movimento de pessoas que já ocorreu história da humanidade.

Quando bem planejado pode se tornar poderosa força de transformação social, econômica e ambiental. Somente a não compreensão do real significado da atividade turística pode explicar – mas não justificar – a ausência de mecanismos de monitoramento do turismo na maioria dos municípios brasileiros. Os esforços para a criação de instrumentos de acompanhamento do desenvolvimento turístico de uma localidade se concentram naqueles locais onde o turismo tornou-se significativo como gerador de renda local.

Mesmo assim, com frequência são os aspectos mais visíveis da atividade que são contemplados, como o perfil da demanda, a satisfação do turista ou pontos fortes e fracos da oferta. São raros os estudos que estabelecem a relação do turismo com outros setores da economia ou que reflitam sobre seu impacto no desenvolvimento local. O Brasil é carente de estudos sobre os segmentos produtivos que se beneficiam da atividade turística, que dimensionem o impacto da cadeia produtiva local do turismo sobre a satisfação da comunidade, os benefícios culturais, a relação com o meio ambiente, as mudanças sociais provocadas, a reorganização do espaço urbano e rural entre outros.

A preocupação com os aspectos mais visíveis da atividade turística é mais facilmente mensurável e, embora importante, não deve ser considerada de forma isolada numa avaliação da sustentabilidade do desenvolvimento turístico, pois sustentabilidade se encontra estreitamente relacionada com os benefícios socioculturais, econômicos e ambientais para a população residente, assim como a satisfação percebida pelo turista quando da visita e a lembrança positiva que este levará para o seu local de origem.

O turismo como fenômeno social produz efeitos em todos os setores da sociedade, tanto diretos como indiretos, gera inovações e também rupturas na ordem social. Alguns destes impactos são visíveis de imediato, outros são perceptíveis ao longo do tempo. No entanto, entre as atividades humanas o turismo é, em tempos de paz, o fator mais dinâmico na geração de mudanças. E o aspecto mais positivo deste fenômeno é que pode ser controlado através do planejamento, fazendo do turismo uma importante ferramenta para o desenvolvimento.

É no campo do turismo que inúmeras atividades têm encontrado lastro para seu próprio crescimento, como a história, a arqueologia, a paleontologia, as artes, a proteção ambiental, a música popular e a erudita, a gastronomia entre tantas outras. A atividade provoca, por outro lado, um incremento das interações entre diferentes culturas, fortalecendo suas identidades e acentuando a difusão cultural, aumentando a tolerância, o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural.

Essa complexidade do turismo, sua intersecção com diversos setores e atividades da sociedade permite conceber a existência de uma rede de relações turísticas que constituem um sistema turístico. Isto leva à necessidade de distinguir claramente o sistema turístico e as políticas públicas voltadas para ele. Esse sistema é um complexo de relações e organizações de uma sociedade que o constituem. Não se pode reduzi-lo ao campo das intervenções do Estado e suas instituições, nem às ações do mercado; constitui um sistema integrado e como tal deve ser abordado para se viabilizar como impulsor do desenvolvimento.

(\*) - É professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, campus Campinas. Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pela Unicamp. É especialista em Ciências Ambientais.

# Senado garante reajustes a servidores, mas avança para barrar supersalários

O Senado aprovou em 2016 uma série de reajustes para servidores públicos. Mas o destaque do ano foi o avanço de propostas para acabar com os chamados supersalários no funcionalismo

Também ganhou força a discussão em torno da proposta que põe fim à vinculação automática entre remunerações recebidas por agentes públicos, o chamado “efeito cascata”.

Para dar efetividade ao limite de remuneração imposto pela Constituição aos agentes públicos, aposentados e pensionistas, o Plenário acatou três projetos da Comissão Especial do Extrateto, entre eles o que determina que os rendimentos recebidos não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do STF (atualmente R\$ 33,7 mil).

O limite de rendimentos aplica-se ao somatório das verbas recebidas por uma mesma pessoa, ainda que provenham de mais de um cargo ou emprego, de mais de uma aposentadoria ou pensão, ou de qualquer combinação pos-



Senadores que integraram a Comissão do Extrateto acompanharam a relatora, senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), em reunião com a cúpula do Judiciário.

sível entre esses rendimentos, inclusive quando originados de fontes pagadoras distintas.

Os projetos foram relatados pela senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que esteve reu-

nida com os presidentes dos demais Poderes para tratar do tema. De acordo com a senadora, os textos aprovados pelo Senado são fruto de consenso, o que deve facilitar sua trami-

tação na Câmara.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto dos supersalários tem o mérito de conectar o Parlamento às expectativas da população. “Não tem sentido, em um país desigual como o Brasil, que pessoas continuem ganhando até R\$ 200 mil por mês. O povo brasileiro não quer conviver com essa monstruosidade”.

Em 2016, o Plenário do Senado começou a discutir a proposta que põe fim à vinculação automática entre remunerações recebidas por agentes públicos, como parlamentares e ministros dos tribunais superiores. Ela voltará à discussão em fevereiro próximo, após o recesso parlamentar, e visa impedir o chamado efeito cascata nos reajustes dos subsídios sobre outras categorias do serviço público em todos os níveis da Federação (Ag.Senado).

## Aprovada a política nacional de erradicação da fome

Alex Ferreira/Ag. Câmara



Danilo Forte: Embora o Brasil tenha avançado no combate à fome, é preciso fazer mais.

A Comissão de Seguridade Social da Câmara aprovou o projeto do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), que cria a Política Nacional de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos (PEFSA). Segundo o autor, a política estabelece mecanismos para evitar desperdícios em toda a cadeia produtiva de alimentos, que os levam a deixar de cumprir a função social de nutrir a população.

A política de erradicação da fome estabelece que a função social dos alimentos é cumprida quando os processos de produção, beneficiamento, transporte, distribuição, armazenamento, comercialização, exportação, importação ou transformação industrial tenham como resultado o consumo humano de forma justa e solidária. Entre os objetivos da PEFSA estão o combate ao desperdício, o estímulo a processos e tecnologias que contribuam para o alcance da função social dos alimentos e o incentivo à pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar.

O parecer do relator, deputado Danilo Forte (PSB-CE), foi favorável à proposta. Segundo ele, ainda existem mais de 50 milhões de brasileiros vulneráveis na questão alimentar. “Dentre estes, mais de sete milhões foram classificados na categoria grave, que se aplica a situação de fome e falta de alimentos entre adultos e crianças”, ressaltou.

Para a implementação da política, o projeto determina a aplicação de incentivos creditícios, com a concessão de financiamentos em condições favorecidas, e a isenção de IPI na fabricação pela indústria nacional de máquinas e equipamentos cujo uso esteja comprovadamente associado ao combate à insegurança alimentar. O projeto será analisado conclusivamente pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Minirreforma trabalhista ajudará Brasil a gerar emprego e renda

A minirreforma trabalhista, anunciada pelo presidente Michel Temer, dá mais força de lei aos acordos ou convenções coletivas de trabalho que tratam de temas como parcelamento de férias e banco de horas. Temer também anunciou a liberação para saque de contas inativas do FGTS. O deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) acredita que as medidas podem ser eficazes para reaquecer a economia e ressaltar a importância de atualizar as leis do trabalho.

“O governo está buscando alternativas para gerar emprego, gerar renda, e são medidas importantes. A questão trabalhista é fundamental. Nós temos uma CLT que já tá completando 70 e tantos anos, e hoje nós vivemos em um mundo moderno. Tem que atualizar a legislação. Não é questão de ampliar a jornada, é inclusive, reconhecer o que já existe hoje. Nós temos diversos trabalhos que têm escala. É importante flexibilizar a legislação trabalhista para adaptar à nova realidade”, disse o parlamentar.



Deputado Izalci Lucas (PSDB-DF).

As reformas vão permitir que os sindicatos e empresas negociem jornadas de até 12 horas diárias limitadas a 220 horas mensais, ou seja, com duração maior do que as 8 horas por dia previstas na legislação. O presidente Michel Temer ainda declarou que os juros do rotativo do cartão de crédito serão reduzidos pela metade. Izalci Lucas explica como o Congresso Nacional vem atuando para recuperar o equilíbrio fiscal do Brasil.

“Reconhecendo e exigindo

o cumprimento da lei de responsabilidade fiscal – porque todo esse descerto da economia brasileira se deve a irresponsabilidade do governo passado. Então, nós estamos retomando esse respeito para ganhar credibilidade para governar”, declarou. Com a liberação do FGTS, a expectativa é de um volume estimado em R\$ 30 bilhões, o equivalente a 0,5% do PIB brasileiro, seja colocado no mercado (psdbnacamar).

## “Economia fechada” responde pelos baixos investimentos

Mesmo antes de a crise econômica atingir intensamente o Brasil, o nível de investimento das empresas em inovação ainda estava muito abaixo do ideal, ao longo do segundo mandato Lula e do primeiro mandato Dilma. É o que revela a Pesquisa de Inovação (Pintec) divulgada pelo IBGE. Apenas 36% das empresas pesquisadas investiu em inovação entre 2011 e 2014, número quase idêntico ao do triênio anterior (2009-2011), quando 35,7% das instituições fizeram esse tipo de aplicação.

A pesquisa do IBGE também revela que somente 2,54% das receitas líquidas dessas empresas, ou R\$ 81,5 bilhões, foram investidos para desenvolver novos processos e produtos. Trata-se de uma ligeira queda na comparação com os 2,56% investidos entre 2009 e 2011. No caso específico da indústria, setor que representa 87% das instituições avaliadas pela Pintec, este percentual é ainda mais baixo: 2,12%. Com o agravamento da recessão, especialmente nos últimos



Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO).

dois anos, é provável que esses índices tenham piorado ainda mais no país.

Na visão do deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO), os baixos investimentos em inovação no Brasil resultam principalmente do cenário de crise econômica – que obriga as empresas a gastarem os poucos recursos que possuem tentando sobreviver – e da persistência de estruturas que dificultam o processo de inovação no país, como medidas protecionistas que inibem a entrada de investimentos estrangeiros no

mercado nacional.

“Com esse custo que nós temos no Brasil – custo tributário, custo da burocratização, custo do fechamento da economia – fica muito difícil cobrar das empresas um processo maior de inovação. E quanto menos nós inovarmos, mais difícil vai ser nós competirmos em nível internacional. Nós, por enquanto, estamos competindo em commodities. Em commodities nós vamos bem. Em outro setor industrial de uma forma mais ampla, não”, avaliou o parlamentar (psdbnacamar).

## Parecer de Janot contra MP do ensino médio divide opiniões

Deputados divergiram sobre o parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pela inconstitucionalidade da medida provisória da reforma do ensino médio. A MP 746/16 foi aprovada pela Câmara, mas ainda depende da análise dos senadores. Janot encaminhou o parecer ao STF, onde está em análise uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Psol contra a MP.

Na avaliação do partido, referendada pelo procurador, a medida é inconstitucional porque não atende ao pressuposto de urgência. Para Janot, pelo seu próprio rito abreviado, a MP não seria, ainda, o instrumento adequado para reformas estruturais em políticas públicas. O líder do Psol na Câmara, deputado Ivan Valente (SP), acredita que o entendimento do procurador será seguido pelo Supremo. Para ele, há ainda a necessidade de se manter o ensino de sociologia e filosofia, “que Rodrigo Janot disse ser o preparo para a cidadania”.

Valente lembrou que existe, inclusive, determinação constitucional que demanda currículo compatível com a complexidade desse objetivo. No entanto, o presidente da comissão mista especial que analisou a medida, deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), disse que os argumentos do Psol acatados pelo procurador não levam em conta modificações feitas pela Câmara ao texto da MP 746, como a que tornou filosofia, sociologia, educação física e artes conteúdos obrigatórios na Base Nacional Comum Curricular.

“Dizer que não é relevante e não é urgente? Uma avaliação recente de 2016, que gerou a emissão da medida provisória, foi a avaliação do Ideb. O resultado de 2016 equivale ao de 1997, ou seja, foram duas décadas perdidas”, criticou Izalci. O deputado citou ainda a posição do Brasil em 65º lugar, entre 70 países avaliados pelo Pisa. “É exatamente por isso que é urgente e relevante”, considerou (Ag.Câmara).